### ESTADO DE MATO GROSSO



## Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Projeto de Lei nº 024/2020 De 30 de janeiro de 2020. (Autoria do executivo).

Altera dispositivo da Lei Municipal 695 de 2003, que trata do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e em conformidade com a Emenda Constitucional n° 103 de 2019;

Faz Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1º A alíquota de contribuição de todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS do Município, prevista no art. 44, inc. I, II e III, da Lei Municipal 695 de 2005, fica majorada para 14% (quatorze por cento).
- Art. 2º A alíquota de contribuição de responsabilidade do ente Municipal ao RPPS, permanece a mesma, fixada nos termos da Lei Municipal 1.450 de 2019, até que seja realizado novo cálculo atuarial.
- Art. 3° O Município fica responsável pela concessão dos benefícios de auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão.
- Art. 4° As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de código e rubrica orçamentária própria.

# CANAFANA

#### ESTADO DE MATO GROSSO

## Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor em relação ao artigo 1°,
a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de
sua publicação;

Parágrafo único: Fica mantida, até o prazo de que trata o caput, a exigência das alíquotas de contribuição dos segurados ativos, aposentados e pensionistas previstas no art. 44, inc. I, II e III, da Lei Municipal 695 de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 30 de janeiro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal



#### ESTADO DE MATO GROSSO

## Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Mensagem ao Legislativo De 30 de janeiro de 2020

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente Senhores Vereadores

Estamos encaminhando, para apreciação e votação, Projeto de Lei que se justifica, sobretudo, em razão da Emenda Constitucional 103 de 2019.

O presente projeto altera dispositivo da Lei Municipal 695 de 2003, que trata do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, em especial da majoração da alíquota de contribuição de todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas.

Além de majorar a alíquota, transfere a responsabilidade de concessão dos benefícios de auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão para o Município.

Ademais, serão necessárias outras alterações na Lei que rege o RPPS, porém, deverão ser tratadas por meio de Emenda à Lei Orgânica.

Diante do exposto, o Poder Executivo deste Município espera da Câmara de Vereadores a aprovação pelo Douto Plenário do presente Projeto de Lei, por ser medida que melhor atende ao interesse público.

Atenciosamente,

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal